

ESTEREÓTIPOS E IDEOLOGIAS DE GÊNERO ENTRE A JUVENTUDE BRASILEIRA

Jussara Reis Prá¹

Resumo

O texto traz reflexões sobre as construções sociais de gênero entre a juventude brasileira em contextos de socialização e exercício da cidadania. O estudo, de cunho exploratório e natureza qualiquantitativa, focaliza o impacto destas construções entre jovens de ambos os sexos, com idade de 15 a 29 anos. O enfoque qualitativo inclui pesquisas realizadas com grupos de diálogo (2008-2012) formados por jovens porto-alegrenses de diferentes grupos sociais e níveis de escolaridade. O enfoque quantitativo considera marcadores de idade e de sexo/gênero de fontes oficiais e inquéritos de opinião das duas últimas décadas. O conceito de gênero é utilizado a fim de captar assimetrias nas relações de poder entre os sexos. A ideia defendida é de que a identificação destas relações permite detectar as dificuldades de as mulheres contestarem valores, práticas, símbolos, normas e instituições que legitimam a subalternidade feminina. Os resultados do estudo corroboram esta assertiva ao evidenciar que as opiniões das e dos jovens tendem a convergir, não obstante sem eliminar protocolos sociais e culturais pautados por ideologias e estereótipos de gênero.

Palavras-chave: Juventude. Socialização. Estereótipos. Ideologias de gênero.

Abstract

This paper brings reflections on the social construction of gender among young Brazilian in contexts of socialization and exercise of citizenship. The study, of an exploratory nature and quali-quantitative approach, focuses on the impact of these constructions among youngsters of both sexes, aging 15 to 29 years old. The qualitative approach includes research conducted with dialogue groups (2008-2012), formed by young people from Porto Alegre, belonging to different social groups and schooling levels. The quantitative focus considers age and sex/gender markers in official sources and opinion polls within the last two decades. The concept of gender is used to capture asymmetries in power relations between the sexes. It is here argued that the identification of these relations allows to detect the difficulties faced by women in contesting values, practices, symbols, norms and institutions that legitimate female subalternity. The results of the study sustain this assertive

¹ Doutora em Ciência Política pela USP; Professora Associada IV da UFRGS no Curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política; Bolsista de Produtividade do CNPq. Participou do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Porto Alegre (COMDIM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), com mandato de conselheira, na gestão 1999-2003. Coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS). É integrante do Observatório da Lei Maria da Penha e Consultora em Metodologias de Monitoramento.

in showing that although the opinions of the young women and men involved tend to converge, they do not eliminate social and cultural protocols based on gender ideology and stereotypes.

Keywords: Youth. Socialization. Stereotypes. Gender ideologies.

INTRODUÇÃO

O propósito neste artigo é refletir sobre os temas da socialização e da cidadania tendo em vista as construções sociais de gênero forjadas entre a juventude², responsáveis por tornar desiguais mulheres e homens, com o reforço de ideologias e estereótipos que alimentam a dominação masculina. Neste domínio, as vantagens dos homens prevalecem em várias esferas sociais e se fazem presentes tanto no âmbito da família quanto no mundo do trabalho, como abordado neste estudo.

O estudo focaliza jovens brasileiros, de ambos os sexos, com idade de 15 a 29 anos, considerando a faixa etária definida para fins de políticas públicas pelo Conselho Nacional da Juventude (Lei nº 11.129/05). Entende-se que a definição de juventude ou população juvenil não é unívoca por ser esta “uma categoria em permanente construção social e histórica, variando no tempo, de uma cultura para a outra, e até mesmo no interior de uma mesma sociedade” (AQUINO, 2009, p. 29). Complementarmente, advoga-se que, para além da ideia de a juventude ser construída e forjada em distintos contextos sociais, históricos e culturais, este grupo é afeito “a modificações e interferências nos entrecruzamentos com a classe social, o gênero e a raça” (SILVA, 2009, p. 60). À vista destas intersecções, referencia-se gênero e juventude no artigo em tela.

A noção de gênero é adotada no estudo como categoria analítica e pressuposto teórico-metodológico, considerando-a componente estrutural de valores, práticas e opiniões que engendram relações de poder (SCOTT, 1990). A ideia defendida é a de que estudar a socialização na perspectiva de gênero permite detectar as dificuldades enfrentadas por mulheres e homens para desfazer protocolos sociais e culturais que configuram sua identidade social e política. Assim, entende-se que as relações de gênero são legitimadas

² Este artigo traz resultados de projeto mais amplo que relaciona gênero e juventude pelo ângulo da socialização política e da construção da cidadania. A referida investigação faz parte das atividades do grupo de pesquisa “Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”, registrado no diretório do CNPq.

por valores, símbolos, normas e instituições, geram subalternidades e são sustentadas pela cultura e por padrões de socialização. Outra ideia é a de que as opiniões das e dos jovens tendem a convergir cada vez mais, sem eliminar, no entanto, estereótipos e ideologias de gênero (FERREIRA, 2006). Daí o interesse em focar a população juvenil brasileira e de buscar elementos na evidência empírica para conhecer melhor a sua realidade, seus comportamentos, pontos de vista e as suas orientações em relação ao contexto público e ao privado. Desta forma, importa identificar os limites e as perspectivas das e dos jovens para a sua plena inserção na vida social e política do país e, ainda, verificar como se estabelecem redes de relações por e entre os gêneros. O quadro interpretativo do exame empírico se situa em um marco teórico fundado em estudos feministas e no âmbito da Ciência Política, priorizando abordagens que tratam das relações de poder e dominação traduzidas no sistema de gênero que as direciona.

Os dados analisados, de natureza qualiquantitativa, são usados a partir da triangulação de métodos e fontes de informação. O estudo empírico, de cunho exploratório, emprega a estratégia sequencial de método misto (CRESWELL, 2007) com ênfase no aspecto qualitativo e apoio quantitativo na interpretação de resultados. O primeiro segue o método dialógico e a técnica de grupo de diálogos em investigação com jovens de 15 a 29 anos, do sexo masculino e feminino, em Porto Alegre, RS, no período 2008-2012. O segundo congrega dados de fontes oficiais e inquéritos de opinião de abrangência local, nacional e internacional, relativos às duas últimas décadas. Esta forma foi buscada para ampliar o âmbito de análise e enfatizar a importância da construção de indicadores como subsídio a estudos e pesquisas e, ainda, a ações sociais e governamentais sobre gênero e juventude.

A exposição do artigo que segue esta introdução, dedicada a indicar as motivações da pesquisa, seus objetivos e a proposta de trabalho, comporta outros dois segmentos.

O primeiro referencia os aportes teóricos e os conceitos básicos estudados, tendo em vista o impacto de dimensões relacionais e estruturais na socialização diferenciada por sexos. Complementarmente, agrega-se uma breve apreciação sobre questões relacionadas ao processo de compilação e análise de dados sobre juventude com o recorte de gênero.

O segundo segmento apresenta o estudo empírico, de enfoque qualitativo, trazendo informações de pesquisas realizadas com grupos de diálogo no período 2008-2012.

APORTES TEÓRICOS E CONCEITUAIS NOS ESTUDOS SOBRE GÊNERO E JUVENTUDE

O propósito de identificar orientações de jovens do sexo masculino e feminino em relação aos contextos público e privado na sociedade brasileira direciona este texto ao exame da influência de matrizes culturais orientadas por construções sociais de gênero na socialização das e dos jovens. Tal recorte é adotado com a intenção de produzir um conhecimento capaz de captar as desigualdades de gênero que imputam às mulheres uma condição marginal, situação identificada como fruto de construção histórica cujos fundamentos são contestados pelo pensamento feminista e registrados em quantidade expressiva de estudos e pesquisas desta matriz.

O interesse pelo tema da socialização no âmbito dos estudos políticos ainda não promoveu o incremento de investigações sobre gênero e juventude, o que foi diagnosticado através de um balanço sobre o conhecimento de pós-graduação produzido no Brasil (1999-2006) em que a Ciência Política figura como a área das Ciências Sociais com o menor desenvolvimento de estudos sobre juventude e a ausência da perspectiva de gênero, quando comparada com a Sociologia e a Antropologia (SPOSITO, 2009). Autoras feministas identificam lacunas da mesma ordem, defendendo a necessidade de se combinar a análise política com enfoques de gênero para melhor compreender a realidade da população juvenil (DEL VALLE, 1991; CHICUY, 2001; SILVEIRA, 2002; MULLER, 2004; PRÁ; EPPING, 2009; PRÁ; EPPING; CHERON, 2011).

O conceito de gênero é relevante para examinar as perspectivas e os comportamentos da juventude, pois permite identificar como se estabelecem redes de relações sociais e políticas por e entre os gêneros. Igualmente, enquanto variável sociocultural, como as de classe social, raça/etnia, geração e/ou crença religiosa, ajuda a captar a juventude em sua diversidade. Enfim, o gênero enquanto categoria de análise possibilita dimensionar como os valores atribuídos a atividades e competências adentram o espaço público e interagem com condicionantes sociais, culturais, políticos e econômicos (SILVEIRA, 2002; WELLER, 2005; BARBIANI, 2007; PRÁ; EPPING, 2009; PRÁ; EPPING; CHERON, 2011).

Quanto à população juvenil, abordagens feministas identificam, no processo de atribuição de padrões de comportamento social ocorrido entre infância e adolescência, a importância da designação genérica na formação da identidade das pessoas. As diferenças aí constituídas passam, então, a orientar projetos e estilos de vida: daí o trabalho produtivo representar para os jovens a possibilidade de ingresso na vida adulta; em sentido inverso, este ingresso se dá para as jovens mediante a realização de tarefas de reprodução e cuidado. Estes projetos, embora tidos como inquestionáveis e aceitos socialmente, produzem distinções de gênero (GIFFIN, 2006; GUERREIRO; ABRANTES, 2007) e, enquanto o primeiro leva à autonomia econômica e ao reconhecimento cidadão, o segundo cria situações de dependência e gera cidadanias delegadas (SILVEIRA, 2002).

Nesse plano, o termo divisão sexual do trabalho é incorporado pelo feminismo para identificar o tipo de construção social que sustenta a dicotomia entre público e privado³, distinção histórica que delimita esferas de competência para cada sexo e restringe a influência das mulheres à família, ao lar e ao doméstico. A esfera pública, da razão, passa a ser de competência masculina e a esfera privada, da natureza identificada como feminina. Sem detalhar esta discussão, interessa reter do exposto o impacto do sistema de gênero na segmentação de competências (pública e privada) que delimitam, pelo sexo, os processos de inclusão ou exclusão social.

Quando se utiliza o sexo como variável comparativa, é oportuno empregar como marco teórico “a divisão sexual do trabalho e a organização social que a regula, o sistema de gênero” (ASTELARRA, 1987, p. 159), que responde por “ideologias e práticas sobre as relações de gênero” que costumam ser reproduzidas com frequência e mesmo inconscientemente (CANNABRAVA, 2001, p. 1). Com efeito, a definição do ser homem e do ser mulher incorpora construções sociais e aquisições culturais, além do respaldado nas instâncias de socialização. Assim, em contextos que envolvem da família à escola, incluindo os meios de comunicação (do rádio à Internet) e passando por instituições religiosas, culturais, econômicas e políticas, emergem códigos de conduta e sociabilidades que norteiam comportamentos sociais (PRÁ, 2004).

³ Pela tradução literal, o público, do latim *publicus*, é relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade; já o vocábulo privado, do verbo privar, do latim *privare*, expressa o que não é público; o que é particular, **desprovido, carente** (FERREIRA, 1986, p. 1.414/1.395, grifo nosso).

Para fins deste estudo, a socialização é entendida como um processo de transmissão e reprodução dos padrões de uma cultura política ou de sua ruptura, renovação ou reconstrução (SANDOVAL; HATIBOVIC, 2010). Associadas a isto estão as “ideologias de gênero”, abarcando justificativas ou “racionalizações” das e dos jovens “que sustentam direitos desiguais em circunstâncias semelhantes” (FERREIRA, 2006, p. 4). Assim deduz-se que as representações políticas das e dos jovens e a sua participação nas esferas pública e privada derivam da sua condição de gênero. Para tanto, interessa questionar, seguindo Ferreira (2006), se a perspectiva de uma participação mais igualitária no mundo privado anula diferenças sexistas ou em que medida a existência de ideologias sexistas se relaciona com a participação das e dos jovens nas duas esferas mencionadas. Enfim, entende-se que, nestes domínios de códigos e de condutas, as questões de gênero ocupam lugar central no contexto da socialização (PRÁ; EPPING, 2008; 2009; PRÁ; EPPING; CHERON, 2011).

Quanto à juventude, como assevera Janaína Coutinho, hoje se faz necessário construir uma nova visão de *juventudes* com seu protagonismo, o que requer considerar o contexto hierárquico de gênero em que se inserem. Ao mesmo tempo, importa reconhecer nelas “o papel estratégico potencial na reciclagem das ideias hegemônicas vigentes com relação às diferenças de sexos – que afetam suas vidas diárias e estruturam o todo social” (2006, p. 1). Assim, se a juventude aparece como uma fase da vida de evidentes contradições, ela também pode expressar o momento de maior predisposição das pessoas para questionar a realidade e experimentar mudanças. Afinal, como postula Rossana Reguillo (2000), reconhecer as e os jovens como sujeitos de direitos, com necessidades, demandas particulares e potencialidades em relação a outros grupos etários, demanda pensar na sua singularidade e diversidade. É necessário, então, assumir que diferentes aspectos da condição juvenil precisam ser teorizados e dimensionados à luz da evidência empírica, dentre eles, o da relação gênero e juventude.

Ocorre que relacionar gênero e juventude ou avaliar a questão geracional-juvenil com base em dados empíricos nem sempre é tarefa fácil. No Brasil, tal dificuldade resulta, em muitos casos, da dispersão de informações ou mesmo da falta de clareza na definição de objetos e objetivos de estudo. Problemas similares podem resultar do tipo de informação produzido, derivar de déficits conceituais ou ter origem metodológica (PRÁ, 2004) e isto sucede mesmo havendo uma profusão de estatísticas sociais, demográficas e econômicas

disponibilizadas por organismos oficiais, dentre eles, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Consoante aos avanços “na produção e disseminação das estatísticas públicas nos últimos 30 anos, há muitas lacunas e problemas estruturais a resolver, que dificultam de forma expressiva o uso final destas informações” (JANNUZZI; GRACIOSO, 2002, p. 93). Independentemente disto, é indiscutível a magnitude da presença da população jovem na sociedade brasileira a que se somam as mazelas sociais enfrentadas por este grupo no cenário nacional.

Como se argumentou em outra oportunidade (PRÁ; EPPING; CHERON, 2011), focar a juventude representa um desafio quantitativo e qualitativo. Por exemplo, dados do Censo 2010 (IBGE) revelam que, em um contingente de 190,7 milhões de pessoas (190.732.694), a coorte com idade de 15 a 29 anos representa mais de 51,1 milhões (51.116.261), o correspondente a 26,8% dos habitantes do país. Se estes valores denotam o peso e a importância deste grupo no cenário nacional, resultados de estudos e pesquisas reiteram o quadro de desigualdades sociais de parcelas significativas desta população, qual seja: a precariedade no acesso à educação e ao mercado de trabalho, a gravidez precoce e morte materna, entre as jovens, ou a violência urbana, que atinge jovens do sexo masculino em grande proporção. E isto ocorre apesar do imperativo de tornar a juventude centro de atenção em países periféricos, propósito que acompanha mobilizações e debates nacionais e internacionais em defesa da cidadania e dos direitos humanos das e dos jovens e sustentou a criação, em 2005, da Secretaria Nacional da Juventude (NOVAES; VITAL, 2005; IPEA, 2008; CASTRO; AQUINO, 2009).

A dinâmica demográfica brasileira, além de expor profundas desigualdades sociais, revela múltiplas faces do ser jovem na sociedade brasileira e a reprodução de antigos padrões de desigualdade orientados por construções de gênero. Mesmo assim, quando se consultam fontes diversas para obter informações mais precisas sobre a população juvenil brasileira, as discrepâncias nos valores apresentados em cada uma delas, facilmente perceptíveis, dificultam a apreensão da realidade desta população no país. Concomitantemente, a escassez de estatísticas desagregadas por sexo serve de obstáculo a estudos que visem comparar coletivos juvenis masculinos e femininos (PRÁ; EPPING, 2009).

Resumindo, problemas desta ordem enunciam como desafiadora a tarefa de compreender as dimensões estruturais e relacionais da socialização juvenil, quando se conta com indicadores precários. No mesmo sentido, as evidências da debilidade para estabelecer a conexão gênero e juventude reforçam questionamentos de teóricas feministas, expressos ao longo de, pelo menos, três décadas e, igualmente, revigoram sua defesa quanto à necessidade da inclusão destas categorias nas agendas de estudos e pesquisas das ciências sociais. Tais preocupações e o interesse em apreender a realidade sobre gênero e juventude contribuíram para direcionar as escolhas metodológicas da pesquisa em tela, delimitar seu percurso e as orientações seguidas no trabalho de campo.

Nesse sentido, foram examinadas questões conexas à socialização diferenciada de gênero, incluindo aspectos referentes à divisão de tarefas domésticas, ao cuidado de criança, ao sustento da casa, às tomadas de decisões e ao estabelecimento de prioridades – entre a família e a carreira profissional, recorte adotado para referenciar aspectos da presença e da participação das mulheres no mundo público/político. Dito isto, direciona-se a atenção às falas das e dos jovens ouvidos nos grupos de diálogos das quais se destacam alguns dos temas-geradores da pesquisa.⁴

IDEOLOGIAS DE GÊNERO E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO

A proposta de dialogar sobre o espaço privado (doméstico) suscitou avaliações que enunciam o peso das construções de gênero no imaginário das e dos jovens pesquisados. O diálogo travado sobre a divisão de tarefas domésticas entre integrantes dos três grupos gerou opiniões muito próximas contra a afirmação de que é natural as mulheres se envolverem mais em afazeres caseiros e o consenso de que estes deveriam ser partilhados por homens e mulheres. No entanto, também há clareza de que a prática ainda sustenta

⁴ As e os jovens ouvidos integram o universo investigado na Pesquisa *Gênero e Juventude no Processo de Socialização e Construção da Cidadania*. Porto Alegre/RS, NIEM/UFRGS (2008-2014). Parte dos dados da pesquisa foi utilizada por Léa Epping (2010), em dissertação de mestrado na qual a autora somou a essa sequência de temas abordagens relacionadas às designações atribuídas aos atrativos físicos femininos e masculinos; à sexualidade, à reprodução, à violência contra as mulheres; e à participação política.

papéis estabelecidos histórica e culturalmente para cada sexo. As manifestações das e dos jovens do terceiro grupo (G3) servem para ilustrar tal posição⁵.

– *Não acho natural. Na verdade é cultural e ainda hoje se tem essa crença...* (G3 – Laura, 21 anos).

– *Embora [homens e mulheres] dividam, a mulher sempre fica com um pouco mais de carga* (G3 – Paulo, 19 anos).

– *Os homens devem compartilhar os serviços domésticos, claro, eles devem, mas acho que, por uma questão histórica, cultural, é natural que as mulheres façam* (G2 – Eduarda, 25 anos).

Tais observações se aproximam da análise de Maria das Dores Guerreiro e Pedro Abrantes quando identificam entre as jovens portuguesas de sua pesquisa que:

[...] a ideologia dos papéis de gênero diferenciados é geralmente aceita, não como uma convicção, mas como algo inevitável. Ao contrário daquilo que acontece com os rapazes, a vida familiar é imposta às moças como uma prioridade, um projeto no qual assumem as principais responsabilidades (2007, p. 119).

A ideologia dos papéis de gênero e sua correspondência com o processo de construção da feminilidade e da masculinidade aparecem claramente na fala de uma das integrantes do primeiro grupo investigado nos seguintes termos:

– *A minha mãe ensina o machismo [...], tanto que não ensina tarefas domésticas para os meninos, então, o homem fica dependente da mulher* (G1 – Paula, 18 anos).

Se a divisão de tarefas é considerada produto da cultura, ela também emerge no diálogo como fruto da intervenção da família no processo de construção da identidade de gênero, em um jogo de reprodução dos modelos de comportamento familiar e geracional. Igualmente, emerge das falas a probabilidade de ruptura com o padrão vigente da geração anterior:

– *Depende. Tudo depende do modelo que tem em casa, por exemplo, lá em casa quando ela [mãe] não trabalhava, ela que fazia as tarefas [...]* (G3 – Bruno, 21 anos).

⁵ As falas foram mantidas na íntegra e sem correções verbais. Para preservar a identidade das e dos participantes dos grupos utiliza-se nomes fictícios.

– Ah, mas depende. Por exemplo, gurias da idade de vocês já não têm essa cultura, mas a geração mais velha, as avós acham natural (G3 – Bruno, 21 anos).

– Meu pai era muito machista e minha mãe muito submissa e com pensamento machista [...]. Eu consigo mudar isso, porque não sou burra, mas minha mãe só mudou depois que meu pai ficou doente [...] (G1 – Fernanda, 18 anos).

A despeito das falas acima e considerando o conjunto dos diálogos, chama a atenção que, enquanto, em parte dos grupos, foram realçados estereótipos de gênero, outra parcela sinalizou para a possibilidade de transformar os padrões de socialização. Consoante à possibilidade de romper com padrões geracionais que conformam as identidades femininas e masculinas, Elisabete Oliveira creditou a ela dois momentos distintos da socialização de gênero entre infância e juventude e que encontram ressonância com o verbalizado nos grupos de diálogos. Conforme a autora:

[...] a identificação com os modelos, que é automática na socialização primária, não segue a mesma regra na socialização secundária. A identificação é tecida a partir de reiteraões e tensões com esses modelos. Nessas tensões é possível observar pequenas mudanças que se processam no interior das relações. (2007, p. 158).

As transformações nas relações de gênero observadas nas três últimas décadas, como sugerem Guerreiro e Abrantes (2007), denotam, além de uma relativa convergência de valores e expectativas, a integração de segmentos significativos da população feminina em esferas sociais até pouco tempo a elas interditas. A par disto, ponderam que a generalização do trabalho profissional feminino e a atual predominância das jovens no acesso ao ensino superior talvez constituam os principais exemplos desta transformação. Expressam, no entanto, que tal mudança coexiste com assimetrias entre as e os jovens, em razão de uma *socialização diferenciada* pela qual incorporam, desde cedo, que os papéis de gênero, além de diferentes, são desiguais. Em outras palavras, a referência aqui é a um processo iniciado na infância que tende a se transformar em mecanismo de reprodução das desigualdades de gênero (PRÁ; EPPING, 2009).

Dados relativos à atribuição de tarefas domésticas indicam serem elas recorrentes em todos os ciclos de vida do segmento feminino e mais expressiva entre mulheres jovens. O trecho a seguir exemplifica esta realidade.

No caso das mulheres, a análise da participação e do comportamento da jornada delas nos afazeres domésticos permite distinguir dois momentos: um enquanto jovens e se dedicando aos estudos e outro na fase adulta, quando parcela significativa das mulheres já está casada e, em muitos casos, com filhos. A jornada das mulheres com afazeres domésticos nas faixas etárias de 10 a 17 e 18 a 24 anos é de 13,7 e 21,6 horas semanais, respectivamente. Na fase adulta (25 anos ou mais) a jornada se eleva significativamente, chegando a 29,8 horas quando apresentam idade entre 50 a 59 anos (SOARES, 2008, p. 11).

Especificamente a respeito da população jovem, advoga Cristiane Soares:

Vale ressaltar que apesar da menor jornada das mulheres jovens, esta é maior que a jornada masculina em todo o ciclo de vida deles. Os homens mais jovens são os que apresentam a menor participação na realização de afazeres domésticos e comparando tais percentuais entre as jovens, já se observa desde cedo uma nítida divisão sexual de tarefas e responsabilidades (oito em cada 10 mulheres jovens realizam afazeres domésticos (2008, p. 11).

Associado a isso, tem-se que o mundo do trabalho ou da produção segue mais ocupado por jovens do sexo masculino, evidenciando o “pertencimento” delas à esfera privada e o deles à esfera pública, o que se soma a outras características da socialização diferenciada por sexo, expressas por meio de estereótipos de gênero (WAISELFISZ, 2004; MACHADO, 2007; PRÁ; EPPING, 2009).

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: BOAS DONAS DE CASA, MÃES E ESPOSAS

A permanência de um tipo de educação voltado a preparar as mulheres para o desempenho do papel de dona de casa, mãe e esposa é evidente nos diálogos das e dos jovens investigadas/os. Elas e eles demonstram que isto está presente em seu cotidiano assim como nas redes de relações sociais a que pertencem. Os trechos abaixo explicitam essa observação:

– *É, eu tenho uma colega de faculdade, lembra dela? [...] Ela tem bem aquela idealização que vai casar e cuidar do marido, da casa e tal. É bem isso aí!* (G3 – Laura, 21 anos).

– *É, ela foi educada para ser assim, né. Mas, sabe, acho que isso também é forte em Cachoeira [cidade de pequeno porte no interior do Rio Grande do Sul], quando falo com meus parentes de lá é bem isso (G3 – Mariana, 20 anos).*

– *Ela vai se formar, casar e cuidar do lar (G3 – Laura, 21 anos).*

As falas acima convergem para o encontrado na *Pesquisa sobre Juventudes no Brasil* (IBASE; PÓLIS, 2008), que entrevistou jovens de ambos os sexos na faixa dos 18 aos 29 anos. Entre as jovens entrevistadas, 22% se identificaram na condição de “dona de casa”. Quando da desagregação dos dados para a faixa de 25 a 29 anos, o percentual aumentou para 29%, equiparando-se à média das mulheres adultas e assemelhando-se à situação das que “só trabalham” (28%). Comentando estes achados, as coordenadoras do estudo observam que, em muitos diagnósticos, esta realidade:

[...] aparece como uma situação de inatividade entre os jovens [e] se revela, no caso das moças, como uma dedicação à esfera da reprodução. Esse dado combina com aquele [...] de que as moças, em maior medida que os rapazes dessa idade, estão casadas e têm filhos. (ABRAMO; SOUTO, 2008, p. 27).

Quadro semelhante é encontrado em análise sobre o mundo da produção na América Latina que revelam que as mulheres “[...] têm maior presença no grupo de quem só estuda e no de quem não estuda nem trabalha”, totalizando 72% dos 22 milhões de jovens de ambos os sexos nesta situação (OIT, 2007)⁶. A mesma informação é utilizada em avaliações do processo educativo no Brasil para demonstrar que a maior permanência de meninas no espaço da casa contribui, de certa forma, para a sua manutenção no sistema de ensino. Ao lado disto, estudos da Sociologia do Trabalho e da Sociologia da Educação há muito acenam para a tendência do aumento da escolaridade e da profissionalização femininas, todavia, ressaltam que a maior escolarização das mulheres não iria resultar, necessariamente, em salários mais altos ou na ocupação de postos elevados na hierarquia ocupacional nem eliminar a sua maior vinculação em afazeres domésticos, incluindo o cuidado da casa e de crianças (ROSEMBERG, 1996).

⁶ O diagnóstico incluiu seis milhões de jovens desempregados não estudantes em busca de emprego e dezesseis milhões de jovens que não estudam nem procuram trabalho (OIT, 2007).

AS TAREFAS DE CUIDADO

Elemento elucidativo no debate de gênero e juventude acerca da inserção na vida pública e privada pode ser encontrado nos posicionamentos das e dos jovens sobre cuidado de crianças. A este respeito, as participantes do primeiro grupo assim como as e os jovens do terceiro, concluíram que a mulher se dedica mais do que o homem a esta tarefa, em decorrência da relação com o bebê iniciada por ela durante a gestação, vínculo que o homem teria somente após o nascimento da criança.

– A mulher se dedica mais ao cuidado dos filhos por uma questão de simbiose iniciada com a gestação, mas não justifica o homem não ajudar (G1 – Rafaela, 19 anos).

No que concerne à divisão da responsabilidade do cuidado das crianças entre mulheres e homens, houve consenso nos grupos sobre tal possibilidade, como ilustra o seguinte posicionamento:

– Antigamente, quando se tinha filho, a mulher era responsável por tudo e, hoje em dia, tu podes dividir com o homem as tarefas de cuidar dos filhos (G2 – Gabriele, 19 anos).

Outra jovem notou o fato de muitas famílias, indiferentemente de sua formação (nuclear ou não), optarem por deixar as crianças aos cuidados de terceiros ou em instituições voltadas para este fim sem deixar, contudo, de mencionar alguns dos problemas resultantes deste tipo de escolha:

– Puxa, tá, o pai e a mãe trabalham e vão deixar a criança doze horas na escola? Aí a criança sofre bullying, brigam, enchem o saco, batem, vai respeitar outra pessoa porque tá mais fora do lar do que em casa (G3 – Bruno, 21 anos).

Ainda em relação ao cuidado de crianças, dados de pesquisas de opinião revelam ser bem expressivo o posicionamento dos jovens (88%) para os quais é melhor o homem trabalhar fora e a mulher ficar em casa quando têm filhos pequenos. O apoio a este posicionamento é menor entre as jovens (66%), porém significativo (VENTURI, RECAMÁN, 1999).

A CONDIÇÃO DE PROVEDOR

A afirmação de que o sustento da casa deve ser responsabilidade masculina causou diferentes reações entre as e os integrantes dos grupos. As jovens foram enfáticas ao definirem o trabalho da mulher como sinônimo de liberdade e ao ressaltarem sua importância para alcançar a independência financeira:

– *Se tiver um filho, no caso, eu acho que jamais a mulher tem que depender do homem pra sustentar a criança e a casa, acho que tem que ser ambas as partes* (G2 – Eduarda, 25 anos).

– *Minha prioridade não é casar, é eu ter minha vida independente, meu trabalho, sem depender do homem, sem depender em momento nenhum dele* (G1 – Marisa, 19 anos).

– *A mulher pode ser casada e independente* (G1 – Paula, 18 anos).

– *Ninguém dominando ninguém* (G2 – Gabriele, 19 anos).

Não houve consenso nos grupos de que o homem deve ser o principal provedor da família, embora, inicialmente, tenham expressado não ser este um atributo exclusivamente masculino. Na sequência dos diálogos, fica evidente que a pressão social sobre o que é ser homem e qual o seu papel social dificulta aceitar a mulher na condição de provedora. Os trechos abaixo demonstram, na sequência, como se deu esta contradição:

– *Normalmente se diz que o homem é o provedor e coisa...* (G2 – Mônica, 25 anos).

– *Agora eu tô lembrando, [...] Ele era despachante e ela ganhava mais do que ele. Ele saiu do trabalho para ficar só com os filhos. Aí ele já tinha uns 40 anos* (G3 – Paulo, 19 anos).

– *Acho que isso já era [o homem ser o principal provedor da casa]. Já morreu há muito tempo. Acho que o homem não aceitaria por causa dos outros homens [...] É o sustento. Aqui é o caso do homem parar de trabalhar e sustentar a casa. Mas, ô meu, no universo machista, pelo o que eu conheço dos homens, o cara ia dizer: “Bah e aí ô meu, tá ficando em casa, tua mulher trabalhando e tu em casa...” [...]* (G3 – Bruno, 21 anos).

Contradições desta ordem remetem à avaliação de Ligia Amâncio (1994) sobre as concepções de masculino e feminino e acerca dos sistemas de valores que regem orientações culturais e dinâmicas de gênero.

Explorando a questão dos estereótipos, a autora expressa que:

Se em vez de analisarmos o consenso dos estereótipos sociais pelos traços que os compõem, na linha da tradição descritiva [...] centrarmos a análise do consenso nas grandes dimensões que diferenciam e estratificam os grupos a que os estereótipos se referem, é possível mostrar que estas dimensões também estruturam sistemas de crenças (AMÂNCIO, 1994, p. 48).

A relação entre o sistema de crenças e os estereótipos sociais sobre os papéis de gênero é também encontrada por Maria Guerreiro e Pedro Abrantes (2007). Dentre os achados de sua pesquisa sobre a juventude portuguesa, eles demonstram que, enquanto os rapazes entrevistados proferiram afirmações difusas a respeito do trabalho fora e do sustento da casa, as jovens revelaram disposições nitidamente favoráveis ao trabalho feminino fora de casa, qualquer que fosse a condição do marido e isto como pressuposto essencial para a sua autonomia e realização pessoal. Elas também contestaram a submissão das mulheres ao âmbito doméstico e acrescentaram que o trabalho fora de casa melhora a relação conjugal, pois propicia relações mais igualitárias entre os cônjuges.

Consoante à juventude brasileira, o incremento da participação feminina no mundo do trabalho é visto como reflexo de mudanças comportamentais e dos novos papéis de homens e mulheres delineados no país, fato comprovado pelo constante e intenso crescimento da taxa de ocupação feminina, que sai dos 18,5%, em 1970, chega a 35,4%, em 2000, e atinge os 43,9% em 2010 (IBGE, 2010). À vista disto, o *status* e a identidade social adquiridos com a inserção laboral são identificados enquanto fatores estratégicos para as mulheres deixarem sua posição subordinada na família (GUEDES; ALVES, 2004). No sentido destas considerações, é digno de nota o fato de as jovens ouvidas nos grupos de diálogos que fundamentam a elaboração deste estudo definirem o trabalho da mulher como sinônimo de liberdade e autossuficiência.

Para além dos estereótipos, as angústias e dúvidas sobre como equilibrar a vida doméstica e familiar com a do trabalho, traduzem, nos diálogos das jovens, uma insatisfação ou, pelo menos, fazem com que o trabalho, tão priorizado, se torne menos atrativo. O difícil equilíbrio entre trabalho e convívio familiar ecoou na fala de uma das participantes do terceiro grupo de diálogos, quando traz suas impressões a respeito de uma colega que abandonou o trabalho para ser dona de casa:

– *É tem gente que pensa assim, tipo, ter de largar a carreira pra ter filho. Uma secretária que saiu do escritório porque tava casando e a advogada (chefe) disse: “Ai que horror, ela abandonou a carreira, tipo assim, ela abandonou porque casou!”. Mas eu não sei se ela abandonou mesmo ou se saiu pra tentar ter um filho. A gente optou por trabalhar, estudar e ser bem sucedido, como se o que a outra fez fosse um absurdo* (G3 – Mariana, 20 anos).

Segundo Luiz Esteves e Miriam Abramovay, pesquisa da Unesco, de 2007, com grupos de 15 a 29 anos destacou que pequena parcela das entrevistadas (5%) mencionou o emprego como causa de sua satisfação, situação compreensível para os autores, pois:

[...] o mundo do trabalho ainda não oferece o mesmo nível de atrativos e/ou compensações que são proporcionados aos homens. Dentre as principais causas dessa situação, com base nas discrepâncias históricas observadas em nossa sociedade, pode-se inferir que elas se devem, prioritariamente, entre uma série de outros fatores, tanto ao acúmulo das tarefas profissionais e afazeres domésticos, resultando na chamada dupla jornada de trabalho, tão conhecida pelo universo feminino, quanto à flagrante diferença verificada nos salários pagos as mulheres em relação àqueles recebidos pelos homens (2007, p. 45).

Na mesma direção e retornando às falas captadas nos grupos de diálogo, é possível identificar nas percepções das e dos jovens sobre as condições de gênero e sobre a esfera pública e privada, a tendência a comportamentos igualitários na maioria dos temas tratados. As opiniões professadas revelam um avanço rumo a padrões de comportamento mais igualitários, mas, também, refletem posturas “conservadoras” ou estereotipadas. Portanto, os dados analisados até aqui servem como indicativo da correspondência com os pressupostos deste estudo, sustentando que as e os jovens de hoje tendem, cada vez mais, a expressar comportamentos e posições semelhantes, não obstante, sem fazer frente às ideologias e aos estereótipos de gênero.

Possivelmente, estereótipos e ideologias tendem a dissipar-se mais lentamente do que as desigualdades na ocupação da esfera pública. Se assim for, a participação igualitária no espaço público não significa necessariamente a extinção das ‘ideologias’ de gênero, ainda que a resistência que possam opor esteja uma vez mais dependente da sociedade em que se manifestam (FERREIRA, 2006, p. 1).

O entendimento sobre a forma como os direitos e as responsabilidades são distribuídos por sexo sugere que se leve em conta as relações de gênero enquanto categoria de análise primordial e não secundária, de modo a contribuir para uma melhor compreensão da realidade juvenil (POTASH, 1992), afinal, nas percepções das e dos jovens investigados identifica-se tendências a discursos igualitários nos temas discutidos, porém sem que se perceba a clara diluição de estereótipos e ideologias de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situando a pesquisa apresentada no campo da Ciência Política e dos estudos feministas, buscou-se conectar as categorias gênero e juventude, conexão examinada como parte de um processo no qual o gênero como categoria analítica constitui elemento essencial para dar significado às relações de poder. Consoante à investigação realizada, a estratégia exploratória sequencial e o método dialógico subsidiaram a abordagem de questões referentes ao imaginário juvenil, às construções sociais de gênero e aos processos de socialização. O impacto das relações de gênero no âmbito da socialização ficou evidente tanto em diálogos estabelecidos apenas entre as jovens quanto nos que envolveram as e os jovens. Ao lado disto, os enfoques acerca das condições e oportunidades a elas disponibilizadas em espaços como o familiar (doméstico) e na esfera do trabalho expuseram assimetrias de gênero. Chegava-se, assim, a problemas identificados em contextos mais amplos que interagem no cotidiano das e dos jovens brasileiros e criam situações que beneficiam segmentos masculinos, brancos e escolarizados, problemas que refletem a situação de outros setores excluídos dos espaços de cidadania por questões pertinentes à geração, idade, raça/etnia, condição socioeconômica ou em razão de ideologias e estereótipos de gênero.

As dificuldades de romper sistemas e estereótipos de gênero orientados pelo sexismo foram expressas em muitos diálogos das e dos jovens pesquisadas/os, realçando tensões e ambiguidades pertinentes à construção social do feminino e do masculino. As assimetrias de gênero aparecem nos diálogos, em específico naqueles em que a família é evocada em razão da ingerência da mãe na reprodução dos papéis de gênero, pois “ela ensina o machismo”. As redes estabelecidas no âmbito do trabalho também sinalizaram

para a presença de discriminações de gênero. Paradoxalmente, mesmo que as e os jovens pesquisadas/os entendam ser necessário mudar estas realidades, ideologias de gênero perpassam seus diálogos ou são tidas como “naturais” e inevitáveis (GUERREIRO; ABRANTES, 2007).

Entretantes, não se pode descartar a existência de pontos de encontro entre os grupos investigados. Sendo assim, considera-se que registrar opiniões e comportamentos de gênero pode fornecer subsídios para explicações analíticas sobre o imaginário juvenil na arena pública, ainda mais quando se aceita a ideia de que uma nova visão está surgindo a respeito das questões de gênero e de juventude. Todavia, embora hoje se ressalte a importância de considerar as necessidades da juventude e incorporar seus pontos de vista e ideias para planejar o desenvolvimento da vida social e política, estudos de socialização relacionando gênero e juventude são ainda minoritários, como se fez questão de frisar no início deste artigo. Tal investimento implicaria em deixar de ter em conta o jovem como afeito a posturas extremas que vão da rebeldia à alienação e de vislumbrar a jovem para além de rótulos que a aprisionam na esfera doméstica.

Ainda sobre os resultados apresentados, cabe referir que estes sugerem várias possibilidades de análise e a necessidade de se investir em estudos voltados a interpretar o impacto da socialização de gênero no imaginário juvenil. Por conseguinte, embora se tenha ciência de estar oferecendo um quadro fracionado sobre o assunto, entende-se que as evidências encontradas fornecem pistas para alimentar numerosas agendas de pesquisa. Ao mesmo tempo, o evidenciado permite vislumbrar que as dificuldades encontradas pelas mulheres para romper com sistemas e papéis de gênero repousam na própria organização social e, em particular, nas relações entre a esfera pública e privada. Daí o debate de socialização se mostrar estratégico para a sociedade brasileira, desafiando a sua intelectualidade a agir de forma permanente e propositiva para demover carências práticas e teóricas.

Em suma, verifica-se que as construções sociais de gênero interferem na conquista da cidadania juvenil, desconsiderando o potencial das e dos jovens para erradicar discriminações fundadas no sexo. Tais discriminações, reproduzidas no contexto familiar e nos ambientes de trabalho, condicionam as oportunidades disponibilizadas para as e os jovens e, desta forma, são mantidas situações que beneficiam os segmentos masculinos,

brancos e escolarizados, acentuando a vulnerabilidade de mulheres, jovens e negras revelando, portanto, assimetrias compartilhadas ao lado de discursos igualitários, o que possibilita identificar impedimentos para que as e os jovens pesquisadas/os incidam em dimensões estruturais e relacionais de forma a gerar mudanças capazes de desfazer protocolos sociais e culturais orientados por ideologias e estereótipos de gênero.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena; SOUTO, Anna Luiza S. Juventudes no Brasil. In: IBASE/PÓLIS. *Juventudes Sul-americanas: diálogos para construção da democracia regional*. Relatório Nacional, Brasil. 2008. Disponível em: <www.ibase.br>. Acesso em: 15 set. 2012.
- AMÂNCIO, Lígia. *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Lisboa: Afrontamento, 1994.
- ASTELARRA, Judith. La cultura política de las mujeres. In. LECHNER, Norbert (Comp.). *Cultura política y democratización*. Buenos Aires: CLACSO, 1987. p. 149-168.
- AQUINO, Luseni Maria C. Introdução. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE Carla Coelho de (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. p. 23-39.
- BARBIANI, Rosangela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 138-153, jan./jun. 2007.
- BRASIL. *Lei nº 11.129*, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. DOU, 1 jul. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>.
- CANNABRAVA, Beatriz. *Afinal, o que é gênero?* 2001. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2005.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.
- CHICUY, Astrid Oyarzún. Políticas públicas y mujer joven: entre la madre y la hija. *Ultima Década*, CIDPA, Viña del Mar, n. 14, p. 75-90, abr. 2001.

COUTINHO, Janaina. *Gênero e juventude: traçando novas possibilidades a partir de novas definições*. In: INSTITUTO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA. Brasília, 2006. Disponível em: <www.idac.org>. Acesso em: 20 jan. 2007.

CRESWELL, John W. *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEL VALLE, Teresa. El espacio y el tiempo en las relaciones de género. *Revista Kobie*, Bizkaiko Foru Aldundia, Diputación Foral de Bizkaia, n. 5, Bilbao, 1991.

EPPING, Léa. *Construções de gênero na socialização política e no imaginário juvenil brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

ESTEVES, Luiz C. G.; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane R.; ESTEVES, Luiz C. G. (Orgs). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. Disponível em: <www.unesco.org>. Acesso em: 28 mar. 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Pedro Moura. Gênero, juventude, e espaço público na Europa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7 – Gênero e Preconceitos, *Anais...* Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.ics.pt>>. Acesso em: 28 mar. 2008.

GIFFIN, Karen Mary. Produção do conhecimento em um mundo “problemático”: contribuições de um feminismo dialético e relacional. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 635-653, set./dez. 2006.

GUEDES, Moema de Castro; ALVES, José Eustáquio Diniz. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970–2000: particularidades do grupo com nível universitário. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, XIV, Caxambú/MG – Brasil, 20-24 set. 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_116.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2013.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. *Transcrições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: CITE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. INSTITUTO PÓLIS. *Pesquisa sobre juventudes no Brasil*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1434/1434.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. *Informe Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/16_completo.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino; GRACIOSO Luciana de Souza. Produção e disseminação da informação estatística: agências estaduais no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

MACHADO, Amanda Santos. *Marcos da cidadania de gênero e juventude: entre o público e o privado*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MULLER, Elaine. Juventude e algumas questões e relações de gênero. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades: Dossiê Gênero*, v. 5, n. 11, jul./set. 2004. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

NOVAES, Regina; VITAL, Cristina. A juventude de hoje: (re) invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (Org.). *Associando-se a juventude para construir o futuro*. São Paulo: Petrópolis, 2005. p. 109-147.

OLIVEIRA, Elisabete R. B. de. *Sexualidade, maternidade e gênero: experiências de socialização de mulheres jovens de estratos populares*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses>. Acesso em: 10 dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. *Igualdade no trabalho: enfrentando os desafios*. Brasília: OIT, 2007.

POTASH, Betty. Las relaciones entre los géneros en Africa Sub-Sahariana. In: *Espesjos y Travesías: antropología y mujer en los 90*, Isis Internacional, *Ediciones de las Mujeres*, n. 16, p. 125-147; 162-169, Santiago de Chile, 1992.

PRÁ, Jussara Reis. (Re)socializar é preciso: aportes para uma releitura sobre gênero e juventude no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 79-119.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. *Juventude, cidadania, gênero e gerações*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 25-28 ago. 2008. *Anais...*, 2008.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Construções de gênero, socialização política e juventude. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA – ALAS, XXVII. Buenos Aires, Argentina, 31 ago./4 set. 2009. *Anais...*, 2009.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa; CHERON, Cibele. A dicotomia público-privado e os processos de socialização de gênero entre a juventude. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA E POLÍTICA, III – Repensando Desigualdades em Novos Contextos. Curitiba: UFPR, 26-28 set. 2011. *Anais...* [online]. 2011. v. 9. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/9_233.pdf>. Acesso em:

REGUILLO, Rossana. *Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil, classe, raça e gênero. *Cadernos de Pesquisa* [online], n. 96, p. 58-65, 1996.

SANDOVAL, Juan; HATIBOVIC, Fuad. Socialización política y juventud: el caso de las trayectorias ciudadanas de los estudiantes universitarios de la región de Valparaíso. *Ultima Década*, CIDPA, Valparaíso, n. 32, p. 11-36, jul. 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Natalino Neves da. *Juventude, EJA e relações raciais: um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA*. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVEIRA, Sara. La dimensión de género y sus implicaciones en la relación entre juventud, trabajo y formación. In: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT; CENTRO INTERAMERICANO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL – Cinterfor. *Juventud y género: formación y opciones educativas*. Uruguay, 2002. Parte 4, p. 455-491. Disponível em: <<http://www.uia.mx/campus/publicaciones/jovenes/pdf/epieck15.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2008.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. *Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre jovens na pós-graduação: um balanço da produção discente em educação, serviço social e ciências sociais (1999-2006). In: _____. (Coord.). *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. v. 1, p. 17-56. Disponível em: <www.observatoriojovem.org>. Acesso em: 16 dez. 2009.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol. (Coord.). *Juventude: cultura e cidadania*. Fundação Perseu Abramo/Núcleo de Opinião Pública, 1999. Disponível em: <www.fpabramo.org.br>. Acesso em: 8 jul. 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. (Coord.). *Relatório de desenvolvimento juvenil*, 2003. Brasília: UNESCO, 2004.

WELLER, Wivian. Gênero e juventude. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 103-106, jan./abr. 2005.